

## **PIC INTERREG-A: Uma contribuição para a coesão económica e social da Raia Ibérica?**

Eduardo Medeiros

[edd@fl.ul.pt](mailto:edd@fl.ul.pt)

Departamento de Geografia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.



**Colóquio Ibérico de Estudos Rurais**  
**Cultura, Inovação e Território**

**Coloquio Ibérico de Estudios Rurales**  
**Cultura, Innovación y Territorio**

**Coimbra, Portugal**

**Outubro / Octubre 23-25, 2008**

**Comunicação apresentada no VII CIER – Cultura, Inovação e Território**

## **PIC INTERREG-A: Uma contribuição para a coesão económica e social da Raia Ibérica?**

Eduardo Medeiros

### **Resumo:**

Quando em 18 de Junho de 1991 foi aprovado o Programa Operacional de Desenvolvimento das Regiões Fronteiriças de Portugal e Espanha (INTERREG-A), iniciou-se um processo de cooperação transfronteiriça com fundos comunitários na Raia Ibérica, que tem vindo a contribuir, desde então, para a aproximação dos dois Estados Ibéricos, ao longo das três gerações já terminadas desta iniciativa comunitária (1991-2006), estando em marcha uma quarta no âmbito do objectivo: cooperação territorial (2007-2013).

Ao longo destes últimos 16 anos foram aprovados mais de 2100 projectos e gastos mais de 2,5 biliões de Euros em diversos eixos de intervenção, como a melhoria das acessibilidades, a recuperação ambiental e patrimonial e o fomento da cooperação e integração institucional em vários sub-programas, tendo em conta os objectivos gerais de cada um dos programas aprovados. Destes objectivos existe um que é transversal a todos eles: **a promoção da criação de desenvolvimento económico e social equilibrado das regiões dos dois lados da fronteira.**

Desta forma, neste artigo, procuramos constatar até que ponto os investimentos levados a cabo pelo PIC INTERREG-A nas 17 NUTS III de fronteira tiveram uma contribuição para desenvolvimento socioeconómico desta região, ao longo dos últimos 16 anos, com base na criação de um índice sintético de desenvolvimento socioeconómico, aplicado a todas as NUTS III da Península Ibérica.

**Palavras-chave:** PIC INTERREG-A, Regiões de Fronteira, Cooperação Transfronteiriça, Coesão Social e Económica.

**Nome completo:** Eduardo José Rocha Medeiros. Morada: Praceta António M. Silva nº10 - 1º - 2835-029 Baixa da Banheira - Portugal. Telefone: 918911961. Email: [edd@fl.ul.pt](mailto:edd@fl.ul.pt)

**Instituição:** Departamento de Geografia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

## 1 - INTRODUÇÃO

É do reconhecimento geral que o PIC INTERREG-A tem vindo a gerar dinâmicas de cooperação transfronteiriça nunca antes verificadas em toda a extensão da Raia Ibérica, induzidas pelo acesso aos fundos comunitários. Todavia importa saber se, ao longo dos últimos 16 anos, este processo tem vindo a contribuir para estabelecer laços suficientemente sólidos, que permitam inverter uma tendência de afastamento da Raia Ibérica em relação aos eixos peninsulares mais dinâmicos no domínio do desenvolvimento socioeconómico, ajudando a transformar esta região transfronteiriça numa área com alguma centralidade à escala Ibérica, e com uma afirmação mais efectiva, quer na vertente social, quer na económica. Para tal, decidimos verificar qual tem sido a evolução destas duas vertentes nos últimos 16 anos como base num indicador que denominaremos: **índice de desenvolvimento socioeconómico (IDSE)**, construído com base na conjugação equilibrada de indicadores económicos e sociais, para ambos os períodos de tempo analisados (1991 - início do primeiro programa e 2006 - fim do terceiro programa)<sup>1</sup>.

## 2 – OS INDICADORES

Antes de escolhermos os indicadores mais adequados para construção do IDSE, importa clarificar o conceito de desenvolvimento económico e social, que para o PNDES<sup>2</sup> (DGDR, 1999), concretiza-se com a “verificação de progressos no desempenho económico de todos os agentes - trabalhadores, empresários, administração, .... - e na medida das condições de vida dos cidadãos, podendo ser analisada a vários níveis, designadamente entre países, entre regiões de um mesmo país e entre estratos populacionais”.

Este conceito aproximasse claramente do conceito de coesão económica e coesão social que, de acordo com um estudo recente coordenado por Augusto Mateus sobre a competitividade territorial e coesão económica e social em

---

<sup>1</sup> Ou o mais próximo possível dessas duas datas.

<sup>2</sup> Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social

Portugal (DGDR, 2006), faz corresponder respectivamente a primeira “a uma homogeneidade sectorial da produtividade, isto é, a uma relativa homogeneidade da riqueza relativa criada nas várias actividades económicas”, enquanto a segunda “corresponde, no fundamental, a um acesso equilibrado da população aos grandes frutos do progresso económico traduzidos, nomeadamente, em níveis acrescidos de escolaridade e esperança de vida”.

Por sua vez, o terceiro relatório sobre a coesão económica e social (CE, 2004), enfatiza a importância de se reforçar o apoio à coesão social, que “não é apenas importante por si só, mas também para apoiar o desenvolvimento económico susceptível de ser ameaçado por perturbações políticas se existirem disparidades demasiado profundas no seio da sociedade. O acesso ao emprego tem uma relevância fundamental tratando-se, na maior parte dos casos, de um factor determinante para que as pessoas possam gozar de um nível de vida razoável e dar o seu pleno contributo à sociedade onde vivem”.

Também o mais recente relatório sobre a coesão económica e social da CE (CE, 2007), reforça esta ideia, quando refere que “a política de coesão ajuda a fomentar o desenvolvimento, incluindo o impacto de problemas complexos como os desafios colocados pela globalização, as mudanças climáticas, as tendências demográficas, numa maneira integrada que dá coerência a diferentes políticas sectoriais”.

A avaliação destes impactos é, à semelhança dos relatórios anteriores, baseada na leitura da evolução de indicadores como, por exemplo, o PIB *per capita*, que é o indicador utilizado para medir a performance regional, que segundo este relatório “tem estado num processo de convergência” na UE. Mas, para além do PIB, a performance económica das regiões da UE também precisa de ser avaliada com base na criação de novos empregos, tendo em conta que um dos papéis fundamentais da política de coesão é o “reforço da capacidade da UE para adaptar e criar novo emprego sustentável”.

Outra vertente considerada crucial para a performance económica das regiões, segundo este relatório, consiste na contribuição da política de coesão para capacidade de inovação e R&D. Por seu lado, a melhoria dos indicadores atrás mencionados depende fortemente “do incremento da qualidade do capital humano”, que “explica mais de metade dos ganhos de produtividade na última década”.

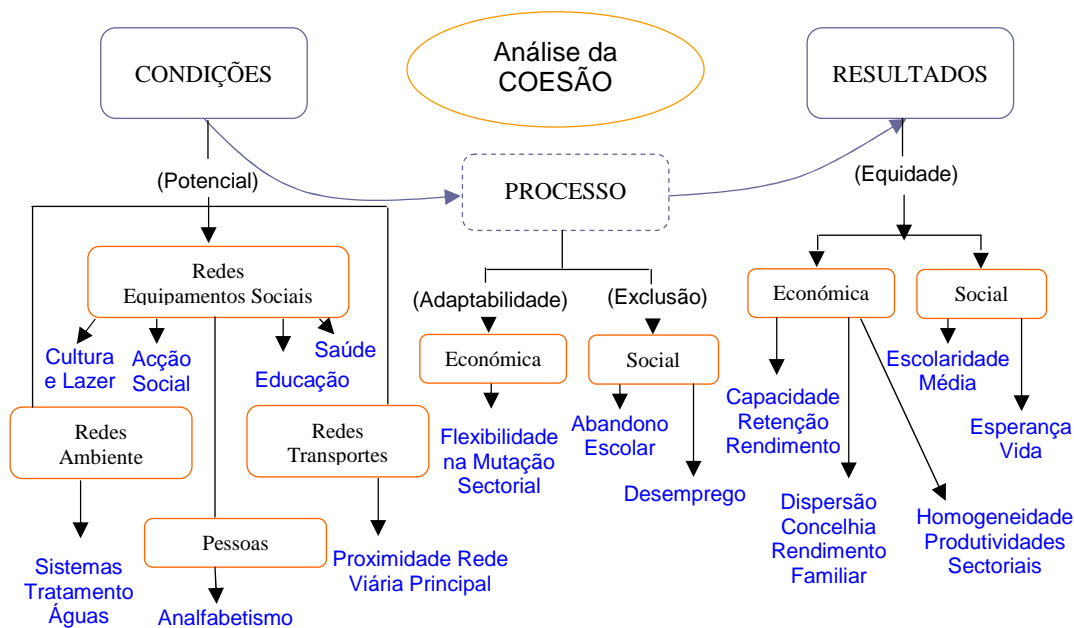
Em sentido idêntico, o plano de desenvolvimento regional de 2000-2006, (DGDR, 1999b), procurou detectar a evolução do desenvolvimento económico e social no território português, tendo para tal recorrido a um índice composto de desenvolvimento humano (ICDH), que resultou de uma “adaptação da metodologia do índice de desenvolvimento humano das Nações Unidas às NUTS III portuguesas”. Este índice procurou ponderar com igual intensidade quatro ‘dimensões’ relacionadas com as seguintes variáveis e indicadores: condições de saúde; o nível educativo; condições de conforto; rendimento da população; esperança de vida à nascença; alfabetização: percentagem de população que sabe ler e escrever; percentagem de população com electricidade, água canalizada e instalações sanitárias; PIB *per capita* concelhio.

Na mesma linha de actuação, um estudo mais recente, já referido, sobre a competitividade territorial e coesão económica e social (DGDR, 2006) das regiões portuguesas, identifica dimensões e indicadores para a construção de um indicador sintético de coesão (fig. 1).

Neste contexto, a escolha dos indicadores para a construção do IDSE foi suportada nos critérios estabelecidos nos estudos atrás mencionados, e também nas limitações decorrentes da informação estatística acessível ao nível das NUTS III Ibéricas, muitas vezes inexistente para alguns indicadores importantes (nomeadamente os de cariz ambiental), para o primeiro ano de análise (1991). Com efeito, e sem grande surpresa nossa, verificámos que nem sempre alguns indicadores relevantes para analisar o desenvolvimento social e

económico estão presentes para o nível de desagregação territorial que escolhemos, na informação estatística disponível, o que nos reduziu substancialmente o leque de escolha.

**Figura 1** – Indicadores para a análise da coesão económica e social



Fonte: (DGDR, 2006) - adaptado

Para além dessa situação, confrontámo-nos com outro problema decorrente da informação de cariz quantitativa - proveniente de produção estatística disponibilizada pelo dois institutos nacionais de estatística: o português e o espanhol - que corria o risco de não ser 100% comparável em alguns dos indicadores que julgámos adequados para a construção do IDSE.

Deste modo, a selecção final dos indicadores, tendo em conta a carência de dados estatísticos para a desagregação territorial pretendida (NUTS III), fixou-se num número reduzido, mas que abrangesse ao máximo os vários domínios e dimensões presentes nos conceitos de coesão económica e coesão social (quadro 1).

**Quadro 1** - Indicadores propostos para a construção do IDSE

Coesão Económica		
Nº	Indicador	Domínio
1	PIB <i>per capita</i>	Nível de vida
2	Taxa de actividade	Emprego
3	Empresas por 10000 habitantes	Economia
Coesão Social		
Nº	Indicador	Domínio
1	Proporção de população residente com ensino superior completo (%) por local de residência	Educação
2	Médicos por 1000 habitantes.	Saúde
3	Bibliotecas por 10000 habitantes	Cultura e Lazer

A fundamentação da escolha das variáveis e a análise dos resultados obtidos será feita de seguida, para cada um dos índices construídos:

Assim, tendo em conta as poucas variáveis disponíveis, resolvemos escolher três indicadores associados à coesão económica, que abrangessem três domínios fundamentais do desenvolvimento económico das regiões: nível de vida, emprego e economia. Para medir o primeiro domínio escolhemos o **PIB *per capita*** que é o indicador mais utilizado nos estudos sobre coesão económica das regiões da UE, sendo também o único indicador de coesão económica utilizado no cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas (ONU, 2000) e do índice Composto do Desenvolvimento Humano do Plano de Desenvolvimento Regional de 2000-2006 (DGDR, 1999b). Contudo, as limitações decorrentes da utilização desta variável como indicador único da coesão económica, levaram-nos a escolher também outros dois indicadores complementares: **a taxa de actividade** - que é também um indicador muito utilizado nos relatórios da CE sobre a sua abordagem à coesão económica das regiões da UE - e as **empresas por 10000 hab**, que nos dão uma ideia sobre a dinâmica empresarial regional.

Para que houvesse o máximo de equilíbrio entre a componente económica e social do IDSE, escolhemos também três indicadores relacionados com a componente social, que abrangessem os principais domínios da coesão social. A partir deste critério, e tendo mais uma vez em conta os poucos indicadores

existentes, escolhemos o indicador: **proporção de população residente com ensino superior completo**, dado que, quando a nós, é mais adequado que o índice de alfabetização utilizado no cálculo do IDH e do ICDH, tendo em conta que nas regiões de Espanha este é, quase sempre muito próximo de 99%. Por outro lado, pressupõe-se que existe uma correlação positiva entre a população com ensino superior completo e a sua capacidade de intervenção no desenvolvimento do território, no domínio da inovação.

Para além da educação, outro domínio fundamental da coesão social é a saúde. Neste domínio optámos por recorrer a um indicador mais direccionado com as condições de acesso à saúde: **médicos por 1000 hab**, que também é utilizado no último relatório sobre a coesão económica e social da CE. Neste caso, poderíamos ter optado pela utilização da esperança média de vida, mas os valores deste indicador não variam assim tanto nestas regiões fronteiriças. Por fim, escolhemos um indicador relacionado com um importante domínio da coesão social: acesso à cultura e ao lazer. Neste caso, o único indicador disponível foi mesmo as **bibliotecas por 10000 hab.**, que nos parece ser suficientemente adequado para avaliar este domínio da coesão social, tendo em conta que estes espaços são essenciais para o acesso ao conhecimento, nomeadamente por parte das populações mais carenciadas.

### 3 – A METODOLOGIA

Para a construção do IDSE optámos pela adaptação da metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas às NUTS III, seguindo o exemplo do Índice Composto de Desenvolvimento Humano utilizado no Plano de Desenvolvimento Regional, anteriormente mencionado, à semelhança do que já tínhamos feito aquando da construção do índice de Coesão Territorial na nossa dissertação de mestrado (E. Medeiros, 2005).

O processo de construção deste tipo de índices sintéticos, segue a metodologia expressa nos relatórios do PNUD (ONU, 2000), onde se refere que são



estabelecidos valores mínimos e máximos fixos para cada um dos indicadores escolhidos, sendo calculados índices individuais, relacionados com cada um desses indicadores. No entanto, e tendo em conta que “os indicadores com escalas de medida superiores e/ou com desvios-padrão mais elevados tendem, por exemplo, (...) a assumir um maior peso relativo na determinação dos valores finais assumidos pelos índices sintéticos”, é aconselhável proceder à “estandardização dos valores assumidos por cada elemento da ‘população’ (uma determinada unidade territorial, no presente caso) analisada em cada uma das variáveis correspondentes aos indicadores elementares, que permite, simultaneamente, contornar os problemas inerentes a assimetrias, de escalas e de dispersão nas respectivas distribuições, entre esses mesmos indicadores” (DGDR, 2006c). Esse procedimento é feito com a seguinte fórmula:

$$Sx_i = \frac{x_i - \overline{x_i}}{DP(x_i)}$$

- $Sx_i$  = O indicador elementar  $x$  estandardizado na unidade territorial  $i$
- $x_i$  = O valor do indicador elementar  $x$  na unidade territorial  $i$
- $\overline{x_i}$  = A média das distribuições de  $x$
- $DP(x_i)$  = O desvio padrão da distribuição de  $x$

Este processo de estandardização garante que “nem as diferenças nas escalas adoptadas, nem as diferenças na dispersão, têm influência nos resultados da agregação, no entanto, “a estandardização dos indicadores ou dos índices parciais, embora constitua uma operação necessária à agregação da informação por eles revelada, conduz a que esses indicadores ou índices parciais sejam expressos numa escala de medida pouco intuitiva para a análise isolada dessa mesma informação. O procedimento estatístico de normalização dos valores assumidos pelos indicadores depois do processo de

estandardização permite superar esta limitação formal” (DGDR, 2006). Tendo isso em conta, o processo de normalização é feito de acordo com a seguinte fórmula geral, consoante exista uma relação directa **(A)** ou inversa **(B)** entre a variável e o nível de desenvolvimento económico e social.

$$\text{Índice} = \frac{\text{Valor Actual} - \text{Valor Mínimo}}{\text{Valor Máximo} - \text{Valor Mínimo}}$$

**(A)**

$$\text{Índice} = \frac{\text{Valor Máximo} - \text{Valor Actual}}{\text{Valor Máximo} - \text{Valor Mínimo}}$$

**(B)**

Através desta normalização, todas as variáveis passam a assumir valores entre 0 e 1<sup>3</sup> em função da distância entre um valor mínimo e um valor máximo. Posteriormente, faz-se a média simples dos índices de cada uma das variáveis para construção de dois índices sintéticos agregados, parciais e autónomos: o índice de desenvolvimento social (IDS) e o índice de desenvolvimento económico (IDE). Finalmente, a obtenção do IDSE resultará da média simples desses dois índices.

#### 4 – O TRATAMENTO DOS DADOS

Seguindo, passo a passo, o processo metodológico de construção do IDSE descrito nos pontos anteriores, e utilizando os indicadores estatísticos por nós escolhidos, com base nas fortes limitações na sua disponibilidade, decorrentes do grau de desagregação territorial escolhido (NUTS III) e dos dois períodos temporais em análise (1991 - 2006<sup>4</sup>), procedemos, em primeiro lugar à ponderação de algumas variáveis (nomeadamente pela população das respectivas NUTS III), de forma a tornarem-se comparáveis entre si<sup>5</sup> (quadro 2). Depois desse processo, e seguindo a metodologia proposta, procedeu-se à

<sup>3</sup> O resultado obtido multiplicasse por 100 se quisermos que o valor final varie entre 0 e 100, embora possa ser escolhido outro valor máximo e mínimo.

<sup>4</sup> Por razões de comodidade utilizaremos estes dois anos para representar os períodos de referência.

<sup>5</sup> As variáveis a que nos referimos foram: Médicos por 1000 habitantes, empresas por 10000 habitantes e bibliotecas por 10000 habitantes, visto que os dados estatísticos disponíveis não estavam ponderados.

estandardização dos dados (quadro 3), a que se seguiu o processo de normalização (quadro 4).<sup>6</sup>

Após estes processos, foi possível obter os valores dos índices pretendidos (quadro 5), cujos resultados permitirão responder à questão colocada no início do ponto 3.2. Para tal foi necessário obter os valores do IDS e do IDE, para 1991 (ou próximo) e para 2005 (ou próximo)<sup>7</sup>, para verificar a evolução ocorrida nestas duas dimensões neste período de tempo, correspondente à implementação do PIC INTERREG-A na Raia Ibérica. Da média aritmética destes dois índices resultou o índice final (índice de desenvolvimento socioeconómico - IDSE) cuja evolução no mesmo período temporal atrás referido, dará indicações sobre a dinâmica socioeconómica ocorrida na Raia Ibérica ao longo dos últimos 16 anos.

---

<sup>6</sup> Tendo em conta que os dados estatísticos que escolhemos estavam disponíveis para todas as NUTS III da Península Ibérica, acabámos por proceder ao tratamento dos dados para todo o território ibérico, visto que permite enquadrar o desenvolvimento socioeconómico da Raia Ibérica no território envolvente.

<sup>7</sup> Como a maior parte dos dados se reportava a 1991 ou 2005 associamos os índices a estas duas datas.

**Quadro 2 - Indicadores estatísticos utilizados na construção do IDSE**

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
REGIÃO	PPC_1995	PPC_2004	MEDHB_95	MEDHB_04	P_SUP_91	P_SUP_01	BIBHAB92	BIBHAB03	T_ACT_91	T_ACT_03	EMPHAB95	EMPHAB05
Portugal	8.800	13.636	2,92	3,34	4,11	8,57	1,56	1,85	52,50	57,40	95,49	112,59
Alentejo Central	6.223	11.820	1,56	1,97	2,58	6,65	2,37	2,98	46,50	53,40	98,88	123,88
Algarve	8.316	14.039	1,95	2,69	2,88	7,27	1,20	1,54	48,50	52,30	146,83	163,09
Alto Alentejo	5.698	12.158	1,42	2,62	1,85	5,22	2,15	3,15	50,10	57,00	87,63	106,29
Alto Trás-os-Montes	4.935	9.095	1,23	2,04	1,98	5,75	1,49	2,60	44,60	48,70	85,11	93,28
Baixo Alentejo	5.992	11.188	1,30	1,70	1,78	5,19	1,89	2,55	61,70	63,90	90,75	116,27
Beira Interior Norte	5.105	9.330	1,42	2,00	2,15	6,14	1,77	2,23	55,00	58,90	89,26	89,40
Beira Interior Sul	7.270	11.636	1,92	2,56	2,53	6,70	1,36	2,66	43,10	46,80	86,89	101,29
Cávado	6.562	10.509	1,80	2,33	3,11	7,26	0,85	1,08	41,00	47,10	76,08	102,83
Douro	5.111	8.848	1,19	1,67	2,06	5,77	1,72	2,41	46,30	50,00	73,58	85,48
Minho-Lima	5.147	8.443	1,31	2,16	1,94	5,35	1,20	1,74	46,90	51,90	78,51	99,00
Badajoz	6.582	11.866	3,39	4,07	7,20	11,80	2,61	3,71	47,10	51,14	48,75	61,34
Cáceres	7.898	12.673	3,47	4,02	7,00	13,35	3,67	5,49	48,21	48,37	35,95	64,58
Huelva	8.755	14.535	3,28	3,59	5,40	11,23	1,33	1,58	48,56	53,23	45,70	58,50
Orense	8.256	14.047	3,52	3,92	6,80	14,13	1,24	2,93	53,87	46,17	58,27	69,49
Pontevedra	8.673	14.303	3,22	3,78	8,20	16,13	1,13	2,09	52,65	54,39	58,00	76,37
Salamanca	9.207	15.251	5,43	6,09	10,30	21,62	2,38	2,86	44,51	50,24	57,49	68,27
Zamora	8.215	12.868	3,74	4,32	8,30	8,25	1,36	1,58	42,89	39,99	52,02	62,72
Espanha	11.266	18.233	4,12	4,50	10,70	18,64	1,60	1,65	50,84	55,48	64,82	81,69
Raia - Portugal	6.036	10.707	1,51	2,17	2,29	6,13	1,60	2,29	48,37	53,00	91,35	108,08
Raia - Espanha	8.227	13.649	3,72	4,26	7,60	13,79	1,96	2,89	48,26	49,08	50,88	65,89
Raia Ibérica	7.131	12.178	2,62	3,21	4,94	9,96	1,78	2,59	48,31	51,04	71,12	86,99

1 - PIB per capita (€) - 1995 ; 2 - PIB per capita (€) - 2004 ; 3 - Médicos (x1000 hab) - 1995; 4 - Médicos (x1000 hab) (Espanha 2003) - 2004 ; 5 - Proporção da população com ensino superior (%) - 1991 ; 6 - Proporção da população com ensino superior (%) - 2001 ; 7 - Bibliotecas (NUTS III do Centro - 1993 ; Alentejo - 1994) (x10000hab) - 1992 ; 8 - Bibliotecas (Espanha 2000) (x10000hab) - 2003 ; 9 - Taxa de Actividade - 1991 ; 10 - Taxa de Actividade (NUTS III de Portugal - 2001) - 2003 ; 11 - Empresas (NUTS III de Espanha - 1999) (x10000hab) - 1995 ; 12 - Empresas (NUTS III de Espanha - 2007) (x10000hab) - 2005.

Fonte: Dados: INE (P-E) - Cálculos do autor

**Quadro 3 - Indicadores estatísticos estandardizados**

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
REGIÃO	PPC_1995	PPC_2004	MEDHB_95	MEDHB_04	P_SUP_91	P_SUP_01	BIBHAB92	BIBHAB03	T_ACT_91	T_ACT_03	EMPHAB95	EMPHAB05
Portugal	8.796	13.632	0,87	1,13	2,44	6,52	-0,81	-0,39	41,60	47,56	92,09	108,60
Alentejo Central	6.220	11.816	-0,49	-0,24	0,91	4,60	0,00	0,74	35,60	43,56	95,48	119,89
Algarve	8.312	14.035	-0,10	0,48	1,21	5,22	-1,16	-0,70	37,60	42,46	143,43	159,10
Alto Alentejo	5.695	12.154	-0,63	0,41	0,18	3,17	-0,21	0,91	39,20	47,16	84,23	102,30
Alto Trás-os-Montes	4.932	9.091	-0,82	-0,17	0,31	3,70	-0,88	0,36	33,70	38,86	81,71	89,29
Baixo Alentejo	5.989	11.185	-0,75	-0,51	0,11	3,14	-0,48	0,31	50,80	54,06	87,35	112,28
Beira Interior Norte	5.102	9.326	-0,63	-0,21	0,48	4,09	-0,59	-0,01	44,10	49,06	85,86	85,41
Beira Interior Sul	7.267	11.632	-0,13	0,35	0,86	4,65	-1,01	0,42	32,20	36,96	83,48	97,30
Cávado	6.558	10.505	-0,25	0,12	1,44	5,21	-1,52	-1,16	30,10	37,26	72,68	98,84
Douro	5.108	8.844	-0,86	-0,54	0,39	3,72	-0,65	0,17	35,40	40,16	70,17	81,49
Minho-Lima	5.144	8.440	-0,74	-0,05	0,27	3,30	-1,16	-0,50	36,00	42,06	75,11	95,02
Badajoz	6.579	11.862	1,34	1,86	5,53	9,75	0,25	1,47	36,20	41,30	45,35	57,35
Cáceres	7.895	12.669	1,42	1,81	5,33	11,30	1,31	3,25	37,31	38,53	32,55	60,59
Huelva	8.752	14.531	1,23	1,38	3,73	9,18	-1,03	-0,66	37,66	43,39	42,30	54,52
Orense	8.252	14.043	1,47	1,71	5,13	12,08	-1,12	0,69	42,97	36,33	54,87	65,51
Pontevedra	8.670	14.299	1,17	1,57	6,53	14,08	-1,24	-0,15	41,75	44,55	54,59	72,38
Salamanca	9.204	15.247	3,38	3,88	8,63	19,57	0,01	0,62	33,61	40,40	54,09	64,28
Zamora	8.212	12.865	1,69	2,11	6,63	6,20	-1,01	-0,66	31,99	30,15	48,61	58,73
Espanha	11.262	18.229	2,07	2,29	9,03	16,59	-0,77	-0,59	39,94	45,64	61,42	77,70
Valor Mínimo	3.920	3.920	-1,61	-1,61	-0,83	-0,83	-1,68	-1,68	28,48	28,48	32,53	32,53
Valor Máximo	24.338	24.338	7,74	7,74	25,30	25,30	3,48	3,48	50,68	50,68	159,08	159,08

1 - PIB per capita (€) - 1995 ; 2 - PIB per capita (€) - 2004 ; 3 - Médicos (x1000 hab) - 1995; 4 - Médicos (x1000 hab) (Espanha 2003) - 2004 ; 5 - Proporção da população com ensino superior (%) - 1991 ; 6 - Proporção da população com ensino superior (%) - 2001 ; 7 - Bibliotecas (NUTS III do Centro - 1993 ; Alentejo - 1994) (x10000hab) - 1992 ; 8 - Bibliotecas (Espanha 2000) (x10000hab) - 2003 ; 9 - Taxa de Actividade - 1991 ; 10 - Taxa de Actividade (NUTS III de Portugal - 2001) - 2003 ; 11 - Empresas (NUTS III de Espanha - 1999) (x10000hab) - 1995 ; 12 - Empresas (NUTS III de Espanha - 2007) (x10000hab) - 2005.

Fonte: Dados: INE (P-E) - Cálculos do autor

**Quadro 4 - Indicadores estatísticos normalizados**

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
REGIÃO	PPC_1995	PPC_2004	MEDHB_95	MEDHB_04	P_SUP_91	P_SUP_01	BIBHAB92	BIBHAB03	T_ACT_91	T_ACT_03	EMPHAB95	EMPHAB05
Portugal	0,24	0,48	0,26	0,29	0,13	0,28	0,17	0,25	0,59	0,86	0,47	0,60
Alentejo Central	0,11	0,39	0,12	0,15	0,07	0,21	0,33	0,47	0,32	0,68	0,50	0,69
Algarve	0,22	0,50	0,16	0,22	0,08	0,23	0,10	0,19	0,41	0,63	0,88	1,00
Alto Alentejo	0,09	0,40	0,10	0,22	0,04	0,15	0,28	0,50	0,48	0,84	0,41	0,55
Alto Trás-os-Montes	0,05	0,25	0,08	0,15	0,04	0,17	0,16	0,40	0,23	0,47	0,39	0,45
Baixo Alentejo	0,10	0,36	0,09	0,12	0,04	0,15	0,23	0,39	1,01	1,15	0,43	0,63
Beira Interior Norte	0,06	0,26	0,10	0,15	0,05	0,19	0,21	0,32	0,70	0,93	0,42	0,42
Beira Interior Sul	0,16	0,38	0,16	0,21	0,06	0,21	0,13	0,41	0,17	0,38	0,40	0,51
Cávado	0,13	0,32	0,15	0,18	0,09	0,23	0,03	0,10	0,07	0,40	0,32	0,52
Douro	0,06	0,24	0,08	0,11	0,05	0,17	0,20	0,36	0,31	0,53	0,30	0,39
Minho-Lima	0,16	0,35	0,06	0,07	0,05	0,15	0,03	0,06	0,17	0,38	0,50	0,62
Badajoz	0,06	0,22	0,09	0,17	0,04	0,16	0,10	0,23	0,34	0,61	0,34	0,49
Cáceres	0,13	0,39	0,32	0,37	0,24	0,40	0,37	0,61	0,35	0,58	0,10	0,20
Huelva	0,19	0,43	0,32	0,37	0,24	0,46	0,58	0,96	0,40	0,45	0,00	0,22
Orense	0,24	0,52	0,30	0,32	0,17	0,38	0,13	0,20	0,41	0,67	0,08	0,17
Pontevedra	0,21	0,50	0,33	0,36	0,23	0,49	0,11	0,46	0,65	0,35	0,18	0,26
Salamanca	0,23	0,51	0,30	0,34	0,28	0,57	0,09	0,30	0,60	0,72	0,17	0,31
Zamora	0,26	0,55	0,53	0,59	0,36	0,78	0,33	0,45	0,23	0,54	0,17	0,25
Espanha	0,21	0,44	0,35	0,40	0,29	0,27	0,13	0,20	0,16	0,08	0,13	0,21

1 - PIB per capita (€) - 1995 ; 2 - PIB per capita (€) - 2004 ; 3 - Médicos (x1000 hab) - 1995; 4 - Médicos (x1000 hab) (Espanha 2003) - 2004 ; 5 - Proporção da população com ensino superior (%) - 1991 ; 6 - Proporção da população com ensino superior (%) - 2001 ; 7 - Bibliotecas (NUTS III do Centro - 1993 ; Alentejo - 1994) (x10000hab) - 1992 ; 8 - Bibliotecas (Espanha 2000) (x10000hab) - 2003 ; 9 - Taxa de Actividade - 1991 ; 10 - Taxa de Actividade (NUTS III de Portugal - 2001) - 2003 ; 11 - Empresas (NUTS III de Espanha - 1999) (x10000hab) - 1995 ; 12 - Empresas (NUTS III de Espanha - 2007) (x10000hab) - 2005.

Fonte: Dados: INE (P-E) - Cálculos do autor

**Quadro 5 - Índices sintéticos**

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
REGIÃO	IDS_91	IDS_05	IDS_91_05	IDE_91	IDE_05	IDE_91_05	IDSE_91	IDSE_05	IDSE_91_05
Portugal	0,19	0,28	0,09	0,43	0,65	0,21	0,31	0,46	0,150
Alentejo Central	0,17	0,27	0,10	0,31	0,59	0,28	0,24	0,43	0,190
Algarve	0,11	0,21	0,10	0,50	0,71	0,21	0,31	0,46	0,155
Alto Alentejo	0,14	0,29	0,15	0,33	0,60	0,27	0,23	0,44	0,210
Alto Trás-os-Montes	0,09	0,24	0,15	0,22	0,39	0,17	0,16	0,32	0,156
Baixo Alentejo	0,12	0,22	0,10	0,51	0,71	0,20	0,32	0,47	0,149
Beira Interior Norte	0,12	0,22	0,10	0,39	0,54	0,14	0,26	0,38	0,121
Beira Interior Sul	0,12	0,28	0,16	0,24	0,42	0,18	0,18	0,35	0,168
Cávado	0,09	0,17	0,08	0,17	0,41	0,24	0,13	0,29	0,163
Douro	0,11	0,22	0,11	0,22	0,38	0,16	0,17	0,30	0,135
Minho-Lima	0,08	0,18	0,11	0,24	0,44	0,20	0,16	0,31	0,152
Badajoz	0,31	0,46	0,15	0,19	0,39	0,19	0,25	0,42	0,173
Cáceres	0,38	0,60	0,22	0,20	0,37	0,17	0,29	0,48	0,193
Huelva	0,20	0,30	0,10	0,24	0,45	0,21	0,22	0,38	0,156
Orense	0,22	0,44	0,21	0,35	0,37	0,02	0,28	0,40	0,119
Pontevedra	0,22	0,40	0,18	0,33	0,52	0,18	0,28	0,46	0,181
Salamanca	0,41	0,60	0,20	0,22	0,45	0,23	0,31	0,53	0,212
Zamora	0,26	0,29	0,03	0,17	0,24	0,08	0,21	0,26	0,053
Espanha	0,32	0,43	0,12	0,37	0,61	0,24	0,34	0,52	0,179
Península Ibérica	0,25	0,35	0,10	0,40	0,63	0,23	0,33	0,49	0,165
Raia - Portugal	0,12	0,23	0,12	0,32	0,52	0,20	0,22	0,38	0,160
Raia - Espanha	0,29	0,44	0,16	0,24	0,40	0,15	0,26	0,42	0,155
Raia Ibérica	0,20	0,34	0,14	0,28	0,46	0,18	0,24	0,40	0,157

IDS - índice de desenvolvimento social ; IDE - índice de desenvolvimento económico ; IDSE - índice de desenvolvimento socioeconómico

Fonte: Dados: INE (P-E) - Cálculos do autor

## 5 – O IDSE NA RAIA IBÉRICA

Antes de mais, achamos importante voltar a referir que, como em todos os índices sintéticos, os resultados obtidos estão fortemente condicionados aos dados estatísticos utilizados, sobretudo num panorama em que apenas se recorre a 6 indicadores estatísticos. É neste pano de fundo que os dados terão de ser lidos e interpretados. Temos a consciência que existem várias dimensões do desenvolvimento socioeconómico que não estão presentes nos indicadores utilizados na construção dos índices, mas também sabemos que os mesmos abrangem dimensões fundamentais do desenvolvimento socioeconómico (rendimento, emprego, saúde, educação, cultura e lazer), que são as mais utilizadas nos relatórios de coesão económica e social da CE. Por esse motivo, julgamos que, apesar das limitações já mencionadas, os índices que obtivemos permitem, quanto a nós, dar uma visão global das assimetrias e diversidades ocorridas nos últimos 16 anos no território peninsular, e em particular na Raia Ibérica, no capítulo da coesão socioeconómica.

No seguimento desta reflexão, decidimos começar pelo fim, ou seja pela leitura dos resultados da espacialização do IDSE pelas NUTS III da Raia Ibérica e das restantes NUTS III peninsulares<sup>8</sup>. Ao mesmo tempo, três mapas complementares mostram os valores da evolução do índice, respectivamente em cada um dos países ibéricos, em todo o território da Raia Ibérica e nas cinco sub-regiões<sup>9</sup> deste espaço fronteiriço (fig. 2).

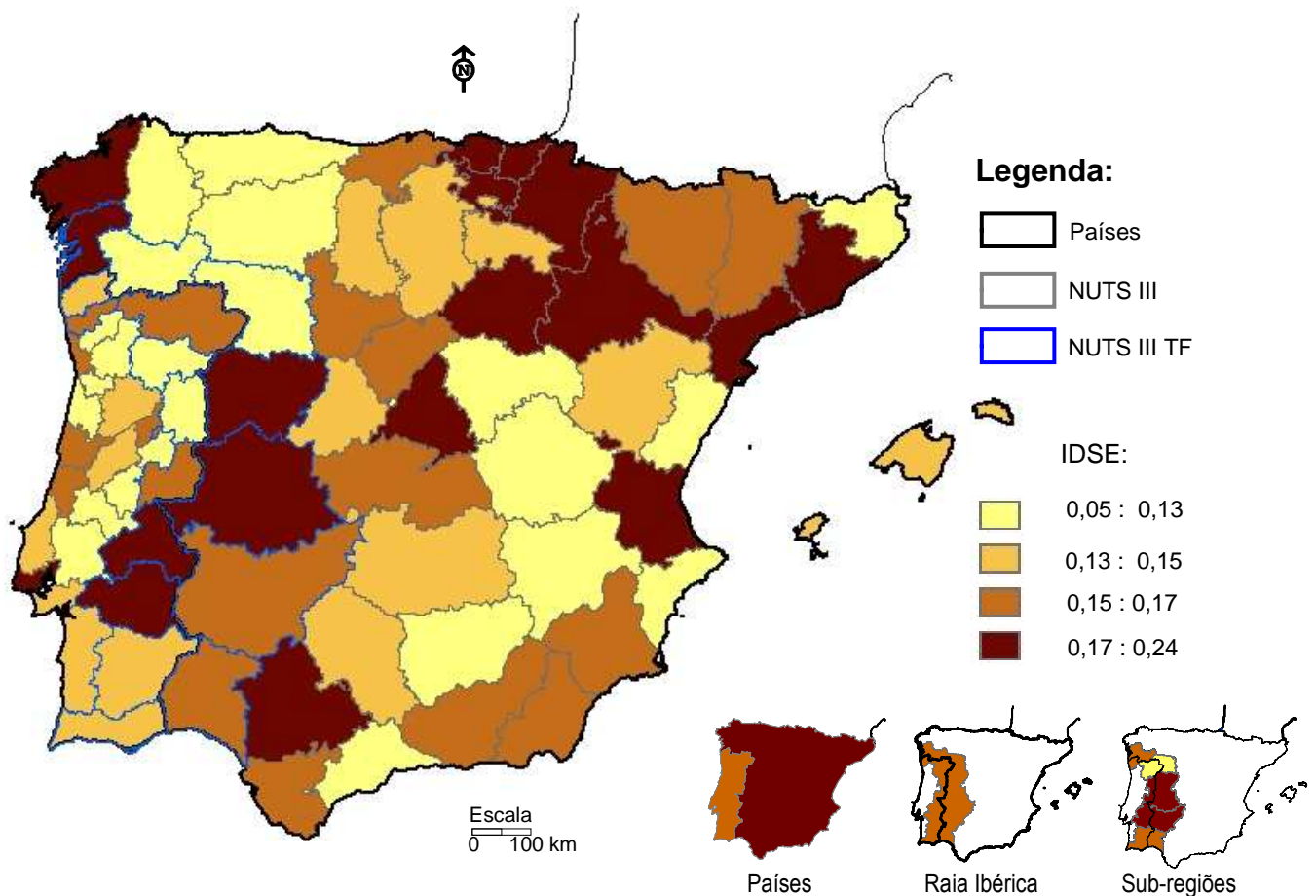
---

<sup>8</sup> Decidimos mostrar os resultados dos vários índices nas NUTS III não pertencentes à nossa área de estudo, tendo em conta que permite enquadrar a região de fronteira entre Portugal e Espanha no território envolvente, neste processo de desenvolvimento socioeconómico ocorrido nos últimos 15 anos.

<sup>9</sup> **SR1:** Minho-Lima, Cávado, Pontevedra, Orense; **SR2:** Alto Trás-os-Montes, Douro, Zamora; **SR3:** Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Salamanca, Cáceres; **SR4:** Alto Alentejo, Alentejo Central, Badajoz; **SR5:** Baixo Alentejo, Algarve, Huelva.



**Figura 2 – IDSE de 1991 a 2006**



Fonte: Dados: INE (P-E) - Cartografia do autor

A leitura dos mapas presentes na fig. 2, onde são espacializados os resultados da evolução do IDSE, nos últimos 15 anos, foram divididos em quadro classes, com base nos valores dos quartis da série, e sustentam, desde logo, um mosaico muito diversificado de situações, que podem ser distinguidas na PI, no que respeita à evolução da coesão socioeconómica. Do mesmo modo, podemos também sublinhar a grande disparidade de situações ocorridas nas 17 NUTS III raianas, onde se a evolução deste indicador registou uma evolução muito diferenciada, sendo de referir que, na globalidade desta faixa, o resultado obtido neste índice (0,157), foi ligeiramente inferior à média da PI (0,165), o que não constituiu uma surpresa inesperada para nós.

Adicionalmente, se observarmos a distribuição dos resultados pelas suas cinco sub-regiões, constatamos rapidamente a existência de assimetrias regionais significativas ao nível da evolução do desenvolvimento económico e social, sendo possível distinguir três situações:

1 - Sub-regiões 3 e 4: Valores de IDSE acima da média (0,17 e 0,19);

2 - Sub-regiões 1 e 5: Valores de IDSE coincidentes com a média (0,15);

3 - Sub-região 2: Valor de IDSE abaixo da média (0,11).

Tendo em conta estes resultados podemos referir que faixa central fronteira foi a região que mais se desenvolveu no domínio socioeconómico nestes últimos 16 anos. No pólo oposto, mas coincidente com a média peninsular, temos as duas faixas com maior densidade urbana e demográfica (a norte e a sul), e por fim temos uma área que apresenta valores de crescimento socioeconómico abaixo da média, correspondente ao nordeste português e ao prolongamento desta região por terras espanholas.

A comparação dos resultados obtidos ao nível da NUTS III, permite obter uma leitura mais fina da evolução socioeconómica desta RT, confirmando a existência de desequilíbrios significativos, sendo possível constatar situações onde se verifica uma clara tendência para o afastamento positivo em relação à média, enquanto outras NUTS III apresentam trajectórias no sentido inverso:

1 - Crescimento significativo: NUTS III de Pontevedra, Cárceres, Salamanca, Alto Alentejo e Alentejo Central;

2 - Crescimento acima da média: NUTS III de Huelva, Badajoz, Alto Trás-os-Montes, Beira Interior Sul e Cávado;

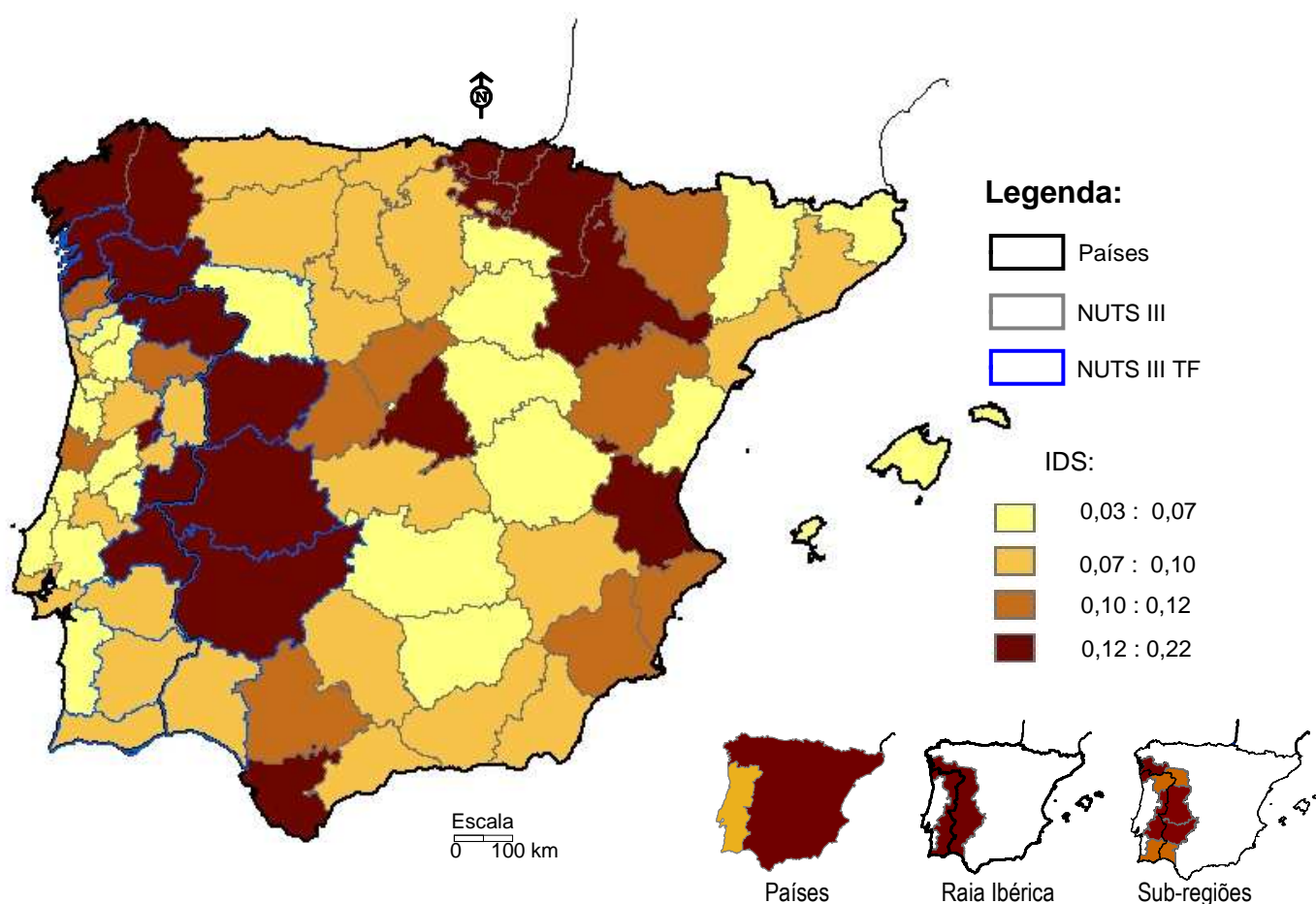
3 - Crescimento abaixo da média: NUTS III do Minho-Lima, Algarve e Baixo Alentejo;

4 - Crescimento pouco significativo: NUTS III de Zamora, Orense, Douro e Beira Interior Norte.

## 6 – O IDS NA RAIA IBÉRICA

Para além dos resultados obtidos na espacialização do IDSE pelas 17 NUTS III de fronteira, achamos que será importante levar em linha de conta, em separado, cada uma das duas vertentes de desenvolvimento incluídas neste índice (a social e a económica), para detectarmos e distinguirmos a importância da contribuição de ambas para a construção do IDSE. Em conformidade, se tomarmos em conta apenas os resultados da evolução do Índice de Desenvolvimento Social (IDS), construído com base nos três indicadores estatísticos relacionados com esta vertente do desenvolvimento, é possível detectar uma realidade bem distinta da apresentada na espacialização dos valores do IDSE pelas NUTS III da PI (fig. 3).

**Figura 3 – IDS de 1991 a 2006**



Fonte: Dados: INE (P-E) - Cartografia do autor

De facto, a leitura da figura 3, permite-nos concluir que, numa análise mais geral, nos últimos 15 anos a faixa fronteiriça apresentou um desenvolvimento ao nível da coesão social acima da média da PI (0,14 - 0,10). Este resultado afigura-se extremamente positivo, e ao qual não deverá ser alheia a importante contribuição do INTERREG-A, que assentou fundamentalmente no apoio à vertente da coesão e em particular a coesão social.

A observação dos mesmos resultados ao nível das 5 sub-regiões não mostra contrastes muito significativos, podendo-se distinguir dois grupos distintos:

1 - Sub-regiões 1, 3 e 4: Valores de IDS acima da média (0,15; 0,17 e 0,13);

2 - Sub-regiões 2 e 5: Valores de IDS coincidentes com a média (0,10).

Uma leitura mais rigorosa, ao nível das NUTS III, traduz a manifestação de um conjunto alargado de NUTS com valores de crescimento na coesão social bem acima da média da PI, confinando apenas a uma NUT III (Zamora), um resultado de crescimento muito pouco significativo. Assim, podemos englobar, mais uma vez, todas as 17 NUTS III de fronteira em 4 grupos, tendo em conta as trajectórias que cada uma delas teve ao longo destes últimos 16 anos, na componente de desenvolvimento dos indicadores de coesão social:

1 - Crescimento significativo: NUTS III de Pontevedra, Orense, Alto Trás-os-Montes, Salamanca, Cárceres, Beira Interior Sul, Badajoz e Alto Alentejo;

2 - Crescimento acima da média: NUTS III de Minho-Lima e Douro;

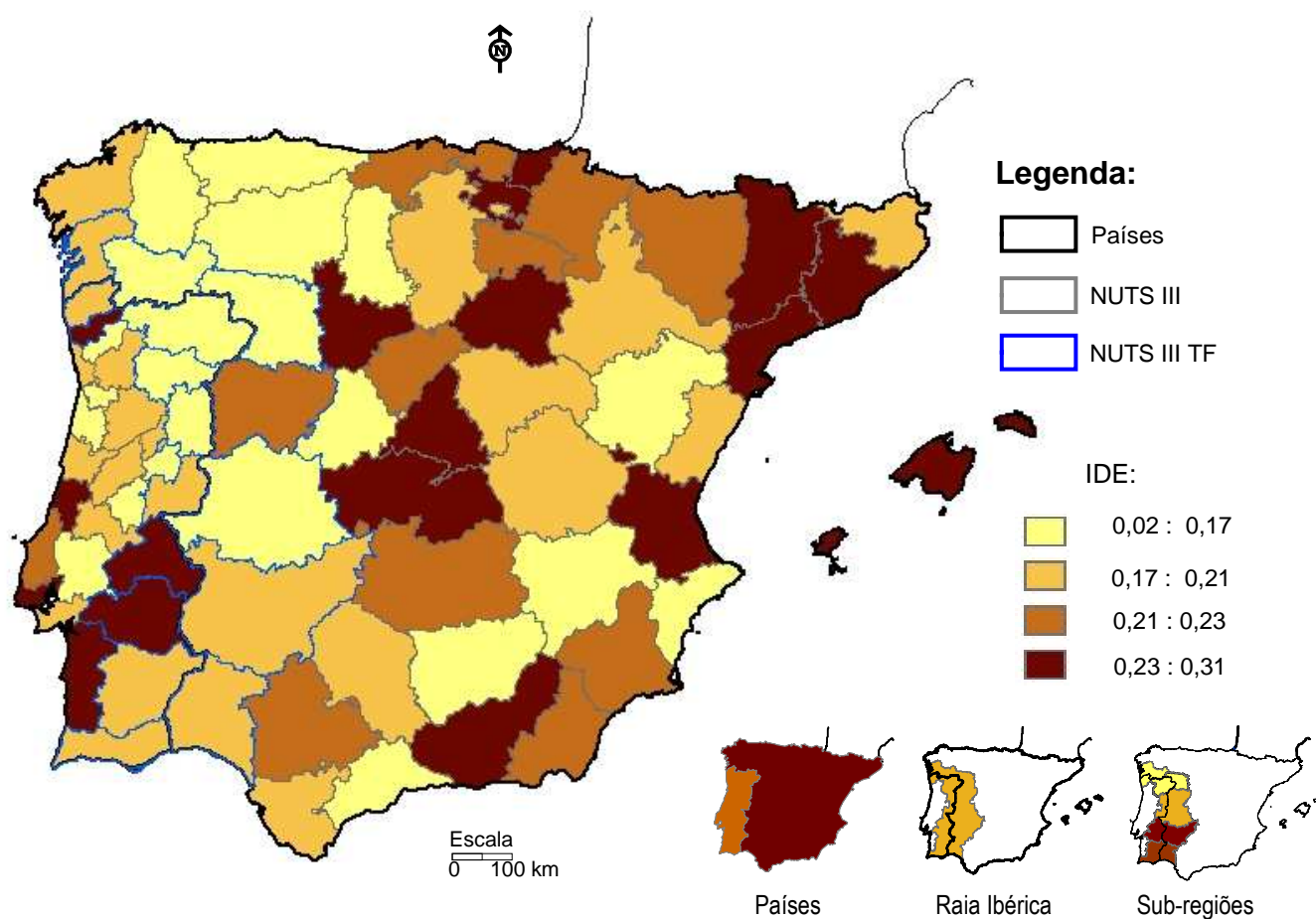
3 - Crescimento abaixo da média: NUTS III da Beira Interior Norte, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Algarve, Cávado e Huelva;

4 - Crescimento pouco significativo: NUT III de Zamora.

## 7 – O IDE NA RAIA IBÉRICA

Como vimos no ponto anterior, os resultados do IDSE para cada uma das NUTS III de fronteira, não correspondem, em muitos casos, aos resultados observados no IDS. Assim, será de prever que o mesmo aconteça na espacialização dos resultados do IDE, que foi obviamente construído com base em indicadores relacionados com a coesão económica. E de facto, como se pode observar na figura 4, podem ser constatadas, mais uma vez, variações significativas na distribuição dos resultados deste índice, ao nível dos valores obtidos por cada uma das NUTS III de fronteira, em comparação com os dois índices anteriormente analisados.

**Figura 4 – IDE de 1991 a 2006**



Fonte: Dados: INE (P-E) - Cartografia do autor

No essencial, a leitura dos mapas presentes na figura 4 permite-nos inferir que na vertente da coesão económica o crescimento da Raia Ibérica situou-se ligeiramente abaixo da média da PI (0,18 - 0,21), ao contrário do que se tinha verificado na evolução dos resultados relativos à coesão social.

Também neste índice é visível uma forte diferenciação regional dos resultados obtidos, ao contrário do que sucedeu nos resultados do IDS, sendo possível identificar quatro situações distintas, com as sub-regiões do norte a mostrarem resultados de crescimento menos significativos na vertente da coesão económica, em contraste com as duas sub-regiões mais a sul:

1 - Sub-região 4: Valor de IDE acima da média (0,25);

2 - Sub-região 5: Valor de IDE coincidente com a média (0,21);

3 - Sub-região 3: Valor de IDE abaixo da média (0,18);

4 - Sub-regiões 1 e 2: Valores de IDE muito abaixo da média (0,16 e 0,13).

A leitura dos resultados ao nível das NUTS III, reforça esta ideia geral da existência de fortes desequilíbrios territoriais, na evolução da coesão económica na Raia Ibérica, e a predominância de situações de crescimento abaixo da média peninsular, com a exceção de apenas 4 NUTS III, três delas, curiosamente no lado português da fronteira:

1 - Crescimento significativo: NUTS III do Cávado, Alto Alentejo, Alentejo Central;

2 - Crescimento acima da média: NUT III de Salamanca;

3 - Crescimento abaixo da média: NUTS III da Beira Interior Sul, Pontevedra, Minho-Lima, Badajoz, Baixo Alentejo, Algarve e Huelva;

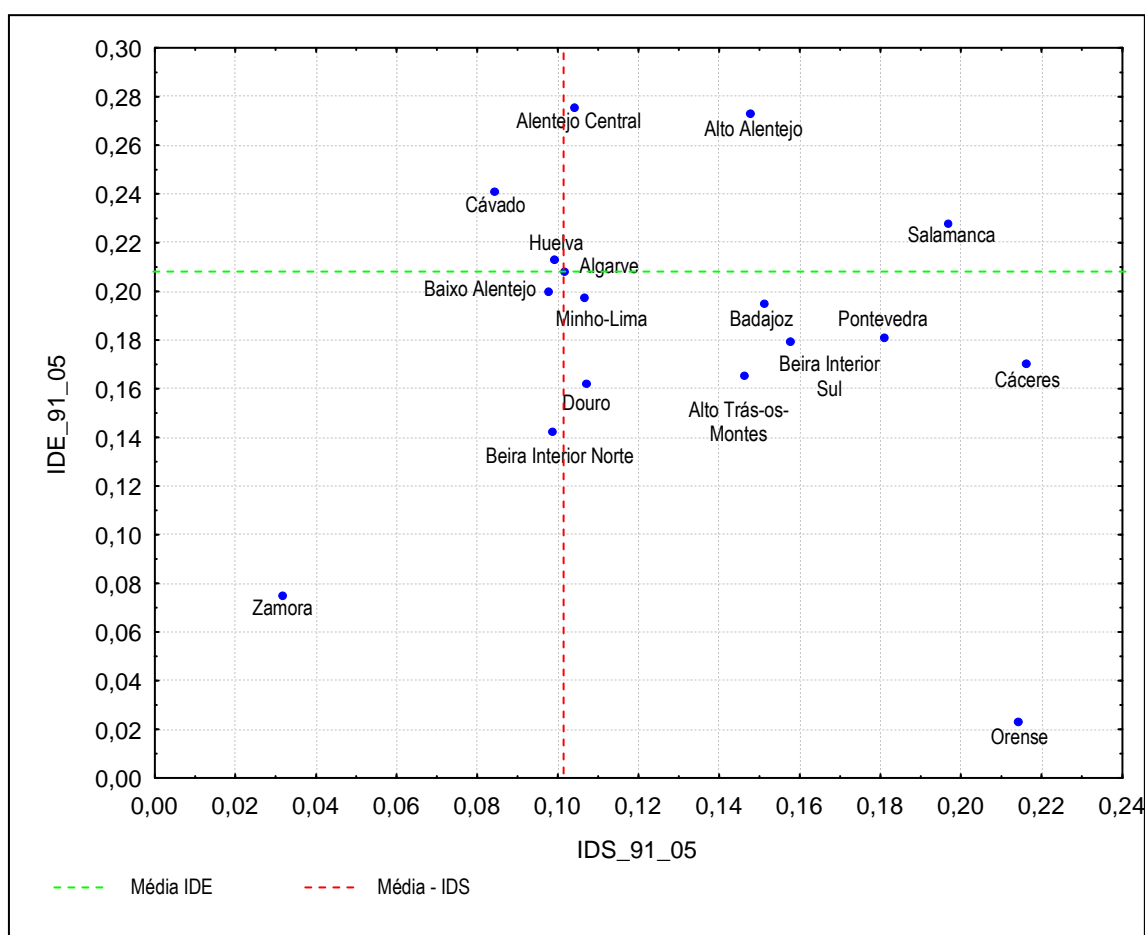
4 - Crescimento pouco significativo: NUTS III de Orense, Zamora, Alto Trás-os-Montes, Douro, Beira Interior Norte.



## 8 – RELAÇÃO ENTRE O IDS e o IDE

Após termos abordado a evolução de cada um dos índices sintéticos que pretendem analisar a evolução do desenvolvimento socioeconómico da Raia Ibérica nos últimos 16 anos, e a espacialização dos resultados obtidos nos respectivos índices, ao nível das sub-regiões e das NUTS III correspondentes, julgamos que será pertinente relacionar os valores do IDS com o valores do IDE, tendo em conta que as vertentes social e económica apresentam resultados, por vezes, muito díspares na mesma NUT III (fig. 5)

**Figura 5 – Relação entre a evolução do IDE e do IDS (1991-2006)**



Fonte: Dados: INE (P-E) - Cálculos do autor

Assim, com base na leitura das figuras 5 e 6 será possível construir a seguinte tipologia de desenvolvimento socioeconómico das NUTS III da Raia Ibérica, onde apenas quatro destas NUTS apresentam valores superiores ao crescimento médio, nas duas vertentes do desenvolvimento analisadas (social e económica):

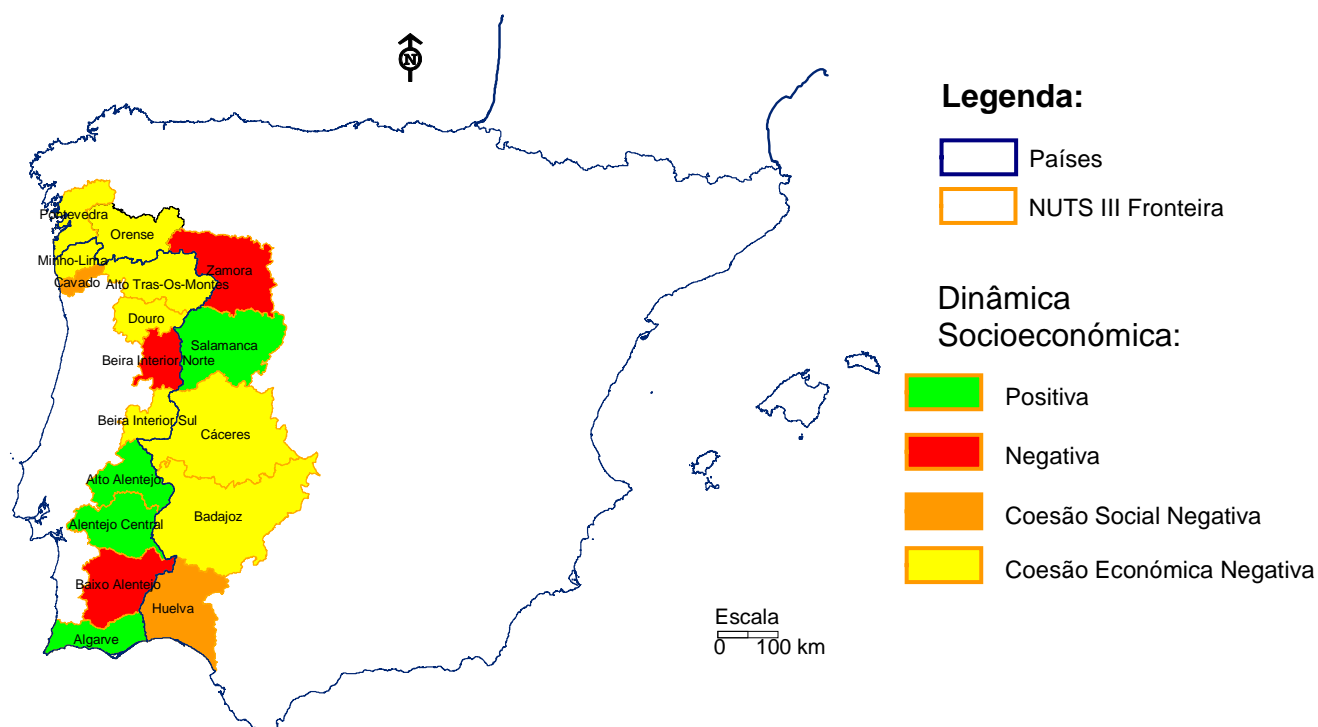
1 - Crescimento positivo na coesão socioeconómica: NUTS III do Alto Alentejo, Alentejo Central, Salamanca e Algarve;

2 - Crescimento negativo na coesão socioeconómica: NUTS III de Zamora, Beira Interior Norte e Baixo Alentejo;

3 - Crescimento negativo na coesão social: NUTS III do Cávado e Huelva;

4 - Crescimento negativo na coesão económica: NUTS III do Minho-Lima, Douro, Pontevedra, Badajoz, Beira Interior Sul, Orense, Cáceres e Alto Trás-os-Montes.

**Figura 6 – Dinâmica socioeconómica das NUTS III de fronteira - 1991-2006**



Fonte: Dados: INE (P-E) - Cartografia do autor



## 9 - CONCLUSÃO

Voltando à questão que colocámos no resumo deste artigo: até que ponto os investimentos levados a cabo pelo PIC INTERREG-A nas 17 NUTS III de fronteira tiveram uma contribuição para desenvolvimento socioeconómico desta região, ao longo dos últimos 16 anos, e tendo em atenção **os indicadores utilizados na construção do IDSE, foi possível constatar que a Região de Fronteira entre Portugal e Espanha ficou ligeiramente abaixo neste índice que a média obtida no mesmo, em todo o território peninsular (0,157 - 0,165). Desta forma, um dos principais objectivos estabelecidos no primeiro INTERREG-A não foi integralmente alcançado, tendo-se registado importantes disparidades regionais.**

Mas a resposta a esta questão nunca será completamente respondida se não correlacionarmos os valores obtidos nos vários índices em cada uma das sub-regiões e NUTS III de fronteira, e as respectivas percentagens de financiamento decorrentes dos projectos aprovados durante as três gerações do INTERREG-A, pois, como é fácil perceber, os investimentos na coesão económica e social das regiões de fronteira não resultaram unicamente das verbas consignadas a esta iniciativa comunitária.

Ora acontece que, se recorrermos à correlação entre esses dois parâmetros (% de investimento do INTERREG-A e valor do IDSE) para as várias sub-regiões, constata-se que praticamente não existe correlação entre ambas (quadro 6), ou seja, não foram necessariamente as regiões contempladas com uma maior percentagem de financiamento, aquelas que cresceram mais no domínio da coesão socioeconómica.

**Quadro 6 - Relação entre o financiamento (%) e os projectos (%) e os valores dos Índices por sub-região**

Sub-região	Projectos INTERREG-A (%)	Financiamento INTERREG-A (%)	IDS_91_05	IDE_91_05	IDSE_91_05
SR1	22,89	24,12	0,15	0,16	0,15
SR2	14,70	15,34	0,10	0,13	0,11
SR3	20,35	21,07	0,17	0,18	0,17
SR4	18,71	17,03	0,13	0,25	0,19
SR5	23,35	22,44	0,10	0,21	0,15

**SR1** - Pontevedra, Orense, Minho-Lima e Cávado;

**SR2** - Zamora, Alto Trás-os-Montes e Douro;

**SR3** - Cárceres, Salamanca, Beira Interior Norte e Beira Interior Sul;

**SR4** - Badajoz, Alto Alentejo e Alentejo Central;

**SR5** - Huelva, Algarve e Baixo Alentejo.

- Correlação (% Financiamento - IDSE 91\_05) : **-0,097 (nula)**
- Correlação (% Financiamento - IDS 91\_05) : **0,331 (fraca positiva)**
- Correlação (% Financiamento - IDE 91\_05) : **-0,276 (fraca negativa)**

A leitura do quadro 2 permite-nos também chegar à conclusão que a correlação entre os resultados obtidos no IDS e no IDE e a 'fatia' do financiamento absorvida através do INTERREG-A, não apresenta valores de correlação significativos, embora estes sejam ligeiramente positivos no caso do IDS<sup>10</sup> e negativos no caso do IDE.

Uma leitura mais detalhada, ao nível dos resultados dos três índices e da percentagem de financiamento relativos às NUTS III (quadro 7), sustenta a anterior conclusão, embora no caso das NUTS III de Espanha a correlação, apesar de não atingir valores fortes (positivos e negativos), apresenta valores de correlação médios (correlação média positiva entre o investimento INTERREG-A e o IDE).

<sup>10</sup> O que até tem a sua lógica, visto que os projectos INTERREG-A apoiaram sobretudo a vertente da coesão social.

**Quadro 7 - Relação entre o financiamento (%) e os projectos (%) com os valores dos Índices de desenvolvimento por NUTS III**

Sub-região	Projectos INTERREG-A (%)	Financiamento INTERREG-A (%)	IDS_91_05	IDE_91_05	IDSE_91_05
Alentejo Central	4,34	6,23	0,10	0,28	0,19
Baixo Alentejo	3,95	3,41	0,10	0,20	0,15
Algarve	23,12	19,61	0,10	0,21	0,15
Alto Alentejo	8,38	10,54	0,15	0,27	0,21
Alto Trás-os-Montes	15,41	17,60	0,15	0,17	0,16
Beira Interior Norte	14,07	10,72	0,10	0,14	0,12
Beira Interior Sul	6,65	7,79	0,16	0,18	0,17
Cávado	1,73	1,31	0,08	0,24	0,16
Douro	2,79	1,91	0,11	0,16	0,13
Minho-Lima	19,56	20,89	0,11	0,20	0,15
Badajoz	23,38	17,27	0,15	0,19	0,17
Cáceres	8,27	9,21	0,22	0,17	0,19
Huelva	20,45	21,91	0,10	0,21	0,16
Orense	10,53	10,24	0,21	0,02	0,12
Pontevedra	13,61	15,62	0,18	0,18	0,18
Salamanca	11,80	14,19	0,20	0,23	0,21
Zamora	11,95	11,56	0,03	0,08	0,05

- Correlação NUTS III PT (% Fin. - IDSE 91\_05) : **-0,027 (nula)**
- Correlação NUTS III PT (% Fin. - IDS 91\_05) : **0,251 (positiva fraca)**
- Correlação NUTS III PT (% Fin. - IDE 91\_05) : **-0,169 (negativa fraca)**
- Correlação NUTS III ES (% Fin. - IDSE 91\_05) : **0,223 (negativa fraca)**
- Correlação NUTS III ES (% Fin. - IDS 91\_05) : **-0,342 (negativa fraca)**
- Correlação NUTS III ES (% Fin. - IDE 91\_05) : **0,620 (positiva média)**

Será assim possível concluir que apesar do importante contributo que o INTERREG-A tem tido para o desenvolvimento socioeconómico da Raia Ibérica, a distribuição do financiamento pelas várias sub-regiões e NUTS III de fronteira não apresenta uma correspondência com a evolução da coesão socioeconómica que obtivemos com a construção do nosso IDSE.

## 9 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CE (2004) - *Terceiro relatório sobre a coesão económica e social*, CE, Luxemburgo.

CE (2007) – *Growing Regions, Growing Europe. Fourth report on economic and social cohesion*, CE, Bruxelas.

DGDR (1999) - *Plano nacional de desenvolvimento económico e social (PNDES)*, Direcção geral do desenvolvimento regional, Lisboa.

DGDR (1999b) - *Portugal - Plano de desenvolvimento regional 2000-2006*, Lisboa.

DGDR (2006) - *Competitividade territorial e coesão económica e social*, Observatório do QCA III, Augusto Mateus (Coord.), DGDR, Lisboa.

Medeiros, Eduardo (2005) – *A coesão territorial nas NUTS III de fronteira de Portugal Continental – A iniciativa INTERREG-A e o desenvolvimento regional. O caso da NUT III do Alentejo Central*, Tese de Mestrado, CEG, UL, Lisboa.

ONU (2000) - *PNUD – Relatório de desenvolvimento humano – Direitos humanos e desenvolvimento humano*, Nova Iorque.